

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/Instagram



Deputado se autoexilou nos Estados Unidos

Eduardo e Zambelli nos seus labirintos

Publicamente, até podem haver manifestações, discursos, propostas e visitas. Mas é verdade é que a cada mais se desmilingue o apoio político no Congresso aos deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Carla Zambelli (PL-SP). A essa altura, nem mais deputados licenciados, porque a licença de ambos expirou. E o apoio se dissolve muito mais principalmente pela

ação de ambos. Fora, talvez os grupos bolsonaristas radicais (e, no caso de Zambelli, talvez nem isso), o que se comenta no Congresso é que Eduardo e Zambelli muito pouco fazem para ajudar a sua situação. No caso de Eduardo, ainda poderia comover um eventual pedido direto de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. No caso de Zambelli, não haverá isso.

Culpada

Bolsonaro não fala com Zambelli desde aquele episódio tresloucado às vésperas da eleição, quando ela saiu às ruas armada perseguindo um militante do PT. Ele atribui esse fato como uma das principais causas que teriam motivado a sua derrota na eleição de 2022.

Irritação

Ainda irrita Bolsonaro o fato de Zambelli o ter envolvido diretamente nos seus rolos, quando levou o hacker Walter Delgatti ao Palácio da Alvorada. Enfim, até foram visitar Zambelli na Itália. Mas daí à possibilidade de reversão da sua situação, vai uma distância.

Lula Marques/ Agência Brasil



Carla Zambelli está presa na Itália

Briga com comando do PL atrapalha Eduardo

No caso específico de Eduardo, o que começa a atrapalhá-lo fortemente é a forma como ele vem forçando e pressionando o comando do PL em torno dos seus interesses. Primeiro, já foi-se tornando difícil defender sua linha de estimular que os Estados Unidos façam sanções comerciais contra o Brasil. Porque isso prejudica os

interesses nacionais. E, na prática, em nada alterou o curso dos processos no Supremo Tribunal Federal (STF). Ao contrário, talvez tenha até atrapalhado. E, então, Eduardo, ao contrário de buscar apoio, resolve brigar com o PL. Resiste à construção de alternativas. E ainda ameaça sair do partido para se candidatar à Presidência.

Apoio

Que apoio Eduardo pode esperar do PL se ele mesmo ameaça deixar o partido? E ainda diz que consegue levar 30 deputados com ele? O comando do PL paga para ver. E, mesmo que ele consiga, esse eventual apoio fica longe de reverter seus problemas.

Justiça

Assim, o que ainda parece segurar Eduardo e Zambelli é o apoio corporativo do Congresso. A sensação de que não se deve ceder rapidamente à Justiça porque isso poderia vir a significar o mesmo também quando o caso envolver os demais parlamentares.

Blindagem

Mas mesmo isso se tornou um problema depois da traulidada dada pelo Senado ao derrubar a PEC da Blindagem. A reação da sociedade deixando claro que rejeita a ideia de permitir ao Congresso que se julgue, se condene ou se absolva foi um recado evidente.

Faltas

Aparentemente, o máximo que pode acontecer com ambos é não precipitar seus casos. Deixando que as perdas dos mandatos aconteçam pelo excesso de faltas não justificadas. Foi assim com Chiquinho Brazão. Provavelmente será assim de novo.

Senado deve aprovar projeto do IR até novembro

Ao Correio, analista avalia que PL não deve enfrentar resistência

Por Gabriela Gallo

Após uma votação histórica na Câmara dos Deputados, na qual todos os 493 parlamentares presentes votaram favoráveis à proposta, o Senado Federal recebe o projeto de lei que amplia a isenção do pagamento do imposto de renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025).

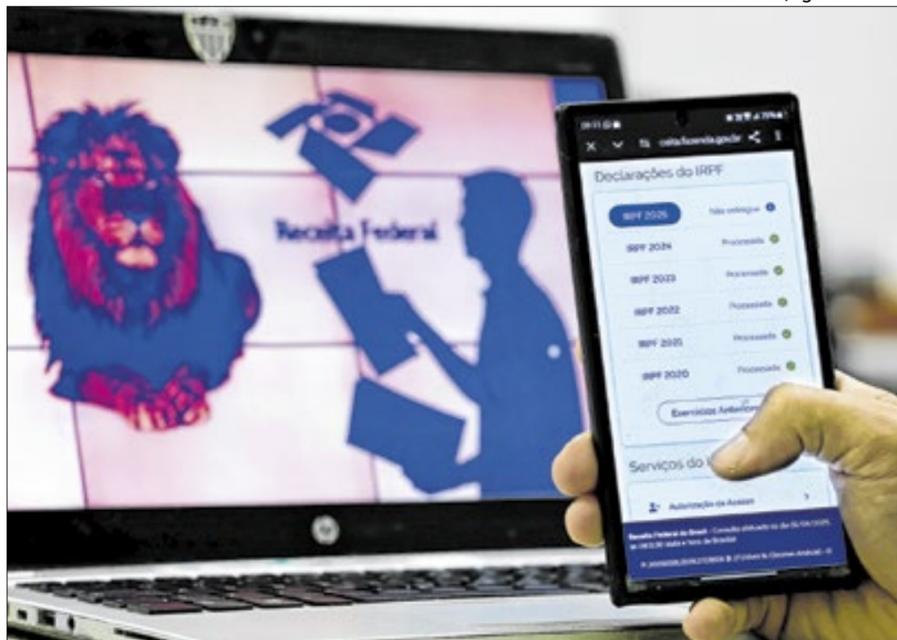
O presidente do Senado, Davi Acolombre (União Brasil-AP), ainda anunciará o relator da proposta. Porém, ao contrário da Câmara, a proposta é que o Senado analise e aprove a medida mais rapidamente e, por enquanto, a expectativa é que os senadores não alterem o texto e, portanto, o PL 1087 deve seguir direto para a sanção presidencial.

O governo tem pressa para aprovar o texto para que as novas regras já passem a valer a partir de 2026 – finalizando o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com a promessa de campanha cumprida.

A recepção positiva do texto enviado pela Câmara é avaliada por senadores de diferentes partidos.

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), calcula que o texto seja votado e aprovado na Casa até novembro.

“Tem de passar rápido, porque o brasileiro não quer pagar imposto no ano que vem. Nossa expectativa é que até novembro possamos votar aqui [no plenário]”, disse Randolfe em conversa com jornalistas nesta quinta-feira (2). Antes de



Joédson Alves/Agência Brasil

Promessa de campanha, governo quer projeto aprovado para valer no ano que vem

ir para o plenário, o texto será analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na mesma linha, o senador Izalci Lucas (PL-DF) avalia que a matéria deve ser aprovada, mas alguns partidos ainda apresentarão destaques ao texto. “É evidente que haverá alguns destaques. A proposta do PL é ampliar a faixa de isenção para R\$ 10 mil, e não para R\$ 5 mil, que ainda é pouco. Chegando [no Senado], votamos rápido”, disse o senador.

Ao Correio da Manhã o cientista político e consultor em Relações Governamentais com MBA pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Horácio Lessa Ramalho avalia que o texto será aprovado com facilidade por se tratar de “uma medida populista que agrada a todos,

exceto ao fiscal, que já não está tão bem e terá que fazer a compensação”.

O cientista político ponderou que não deve haver grandes resistências vindas dos senadores, salvo possíveis ressalvas “daqueles muito atentos à responsabilidade fiscal”. “Porque o que aconteceu foi uma troca de tipo de impostos. O governo passou a tributar impostos de investidores do mercado, resumidamente. Ou seja, não cortou gastos, trocou seis por meia dúzia”, ele afirmou.

Questionado pela reportagem, Horácio Lessa Ramalho considera que uma reforma do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF) mais justa e responsável “deveria ir para a elite do funcionalismo público, bens e patrimônios, praticamente

zerando impostos de consumo”.

O projeto

Além de determinar a isenção total para os contribuintes que ganhem até R\$ 5 mil por mês, o projeto ainda determina uma isenção parcial para aqueles que ganham entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350. Quem ganha acima desse limite segue com a atual tabela do imposto de renda – atualmente com uma alíquota de 27,5%.

Para compensar essa falta de arrecadação, passará a ser cobrada uma taxa de até 10% para os contribuintes que arrecadarem mais de R\$ 600 mil por ano, o equivalente a R\$ 50 mil mensais. A medida vale para os rendimentos totais dos contribuintes, incluindo distribuição de lucros e dividendos.

Grupo de trabalho entrega pacote da administrativa

Por Gabriela Gallo

O Grupo de Trabalho (GT) que discute a reforma administrativa na Câmara dos Deputados apresentou, nesta quinta-feira (2), as propostas da comissão para a reforma. O grupo reuniu os principais tópicos discutidos ao longo das audiências públicas do GT e protocolou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um projeto de Lei (PL) e um projeto de lei complementar (PLP). O relator do grupo na Câmara dos Deputados, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), manifestou que as mudanças não se tratam de “uma reforma para quatro anos”, mas sim “uma reforma de Estado pensada para o presente e para as futuras gerações, independentemente de quem esteja à frente do governo”.

A PEC determina a alteração de “normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público”. Já o PL institui “o marco legal da administração pública brasileira” e o PLP institui “a Lei de Responsabilidade por Resultados da Administração Pública brasileira”. As medidas agregam 70 diferentes projetos relacionados ao tema que tramitam no Congresso.

Na elaboração dos três textos, o grupo se apoiou em quatro eixos: estratégia, governança e gestão; transformação



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Pacote da reforma de Pedro Paulo tem PEC e dois projetos

digital; profissionalização do serviço público – com ampliação em níveis de progressão de carreira –; e a extinção de privilégios. Todos os eixos abordam os três Poderes em níveis federal, estadual e municipal.

A reforma administrativa visa otimizar o serviço público, tornando-o mais eficiente, com menos desperdícios e aprimorando o atendimento ao cidadão. Ela não implementa um reajuste fiscal, já que não altera o tamanho do Estado, tampouco retira direitos dos funcionários públicos.

Mudanças

Dentre os principais tópicos que devem ser alterados está um novo formato para as férias de funcionários público

A reforma determina o fim da possibilidade de férias de 60 dias, que são comuns para servidores do poder Judiciário e do Congresso Nacional, já que nos dois poderes há dois recessos por ano (no início e no meio do ano). As férias não podem ultrapassar os 30 dias, tampouco poderá haver concessão de adicional de férias que ultrapasse um terço do salário.

Outros privilégios avaliados no serviço público que serão extintos são a limitação dos auxílios alimentares, transporte e de saúde, que não poderão ultrapassar 10% da remuneração para quem recebe próximo ao teto constitucional.

A PEC apresentada ainda extingue o pagamento de adicional de insalubridade para

funcionários que não estão, de fato, expostos aos riscos. Além disso, extingue a aposentadoria compulsória como uma forma de punição, criando alternativas de demissão no Judiciário e no Ministério Público.

Com o novo texto, os funcionários públicos passarão a ser avaliados pelo desempenho. Todos os órgãos terão que realizar avaliações periódicas de desempenho de seus funcionários.

Supersalários

Um tema polêmico do funcionalismo público, especialmente para servidores do Judiciário, se refere aos chamados “supersalários” – termo adotado para pagamentos efetivados acima do teto do serviço público (atualmente em R\$ 46.366,19, o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal), geralmente realizados através de “penduricalhos”. Para extinguir medidas que resultem em supersalários, caso o Congresso aprove os textos como se encontram, estarão extintas as licença-prêmio, progressão por tempo de serviço – que são acionadas sem critérios de produtividade, por vezes resultando em pagamentos retroativos de mais de R\$ 1 milhão – e a incorporação de adicionais automáticos.

Além disso, a PEC apresentada pela Câmara extingue a possibilidade de órgãos públicos aprovarem novos privilégios para eles mesmos (como reajuste do próprio salário) sem votação e análise do Congresso.